



## COMITESINOS

7ª Reunião Ordinária/2015

17 de dezembro de 2015

Local: Auditório E09 005 da UNISINOS, São Leopoldo / RS

Horário: 14h – 16h30

### **Pauta única:**

1) Abertura

2) Aprovação das atas das reuniões plenárias de 09/07/2015, 13/08/2015, 27/08/2015, 17/09/2015, 15/10/2015 e 12/11/2015;

3) Apresentação do estudo do balanço hídrico da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos realizado pelo engº Sidnei Agra, contratado pela Associação de Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha, com o objetivo avaliar a capacidade de regularização das lavouras de arroz estabelecidas na parte alta da bacia Sinos;

4) Apresentação de proposta de deliberação relacionada à regularização da atividade produtiva de arroz (Licença Ambiental e Outorga de Uso da Água);

5) Assuntos Gerais.

### **Entidades Presentes**

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: CORSAN, COMUSA e SEMAE; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: CORSAN, SEMAE, Prefeitura de Esteio, Prefeitura de Portão; Drenagem: Prefeitura de Portão; Geração de Energia: CEEE; Produção Rural: STR de Santo Antônio da Patrulha, Associação dos Arrozeiros de Santo Antônio da Patrulha e STR de Taquara; Indústria: SINPASUL, AIC Sul e COOPERJA; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: Câmara de Caraá; Associações Comunitárias: União das Assoc. de Bairros e Vilas de Campo Bom e Associação Cultural Marcelo Breuning; Clubes de Serviço: Rotary Club São Leopoldo Leste; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS, EMATER, SENAI e IRGA; ONG's Ambientalistas: Projeto Mira Serra, ASTEPAN e Movimento Roessler; Associações Profissionais: ASAEC e ABES/RS; Organizações Sindicais: SENGE e SIMPO; III Grupo: Representação do Governo do Estado: Fundação Zoobotânica; Representantes do Sistema: ausente; Demais Presentes: FEPAM, Prefeitura de Canoas, Prefeitura de Parobé, comunidade.

### **Entidades Ausentes sem justificativa**

Grupo I – Usuários da Água - Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: COMUSA; Drenagem: Prefeitura de Esteio; Produção Rural: Sindicato Rural de Santo Antônio da Patrulha, STR de Caraá e STR de Rolante; Indústria: ACI-NH/CB/EV, SINDIQUIM e CICS/Portão; Mineração: Associação dos Extratores do Vale do Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População - Legislativos Municipais e Estadual: Câmara de Taquara, Câmara de Campo Bom, Câmara de Canoas, Câmara de São Leopoldo e Câmara de Estância Velha; Associações Comunitárias: Grupo Escoteiro Peregrino e Instituto São Leopoldo 2024; ONG's Ambientalistas: Movimento Ambientalista da Região das Hortênsias – MARH, Grupo Ecológico Rolante e UPAN; Representantes do Sistema: FEPAM e METROPLAN.

### **Entidades Ausentes com justificativa**

Grupo I – Usuários da Água - Abastecimento Público: CORSAN; Grupo II – Representantes da População - Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS, ABRASINOS e FEEVALE.

001

### **ATA N° 10/15 - Reunião PLENÁRIA ORDINÁRIA**

002 Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, a plenária do Comitesinos  
003 reuniu-se às quatorze horas, no Auditório E09 005 da Unisinos, município de São Leopoldo/RS, para

004 a realização da sétima reunião ordinária do corrente ano. **1) Abertura:** O presidente do Comitesinos,  
005 Adolfo Klein, deu as boas vindas a todos. **2) Aprovação de atas:** Viviane Nabinger, secretária  
006 executiva do Comitesinos, explicou que o acúmulo de atas para aprovação se deve ao grande  
007 volume de trabalho que a secretaria tem tido. Adolfo anunciou, ata a ata, os temas principais a fim  
008 de facilitar a avaliação pelos membros. As minutas de todas as atas em questão foram remetidas  
009 com a convocação para leitura prévia. Sem manifestações por complementações ou correções,  
010 foram aprovadas as seguintes atas: da 4a Reunião Ordinária/2015, realizada em 09/07/2015, de  
011 cujo tema principal foi Unidades de Conservação; da 1a Reunião Extraordinária/2015, realizada em  
012 13/08/2015, com apresentação do Plano de Trabalho consolidado do “Estudo de Alternativas e  
013 Projetos para Minimização do Efeito de Cheias na Bacia do Rio dos Sinos” – Metroplan; da 2a  
014 Reunião Extraordinária/2015, realizada em 27/08/2015, com eleição da categoria “Esgotamento  
015 Sanitário e Resíduos Sólidos”; 3a Reunião Extraordinária/2015, realizada em 17/09/2015, com  
016 posse dos membros e eleição de Diretoria para a gestão 2015-2017; da 5a Reunião Ordinária/2015,  
017 realizada em 15/10/2015, na qual foi tratado da 2ª chamada do processo de renovação, planície de  
018 inundação e acordo para enfrentamento de possível escassez de água; e da 6a Reunião  
019 Ordinária/2015, realizada em 12/11/2015, com ritual de posse dos membros eleitos na 2ª chamada  
020 do processo de renovação e deliberação sobre a planície de inundação do trecho inferior da Bacia  
021 Sinos. **3) Apresentação do estudo do balanço hídrico da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos  
022 realizado pelo engº Sidnei Agra, contratado pela Associação de Arrozeiros de Santo Antônio  
023 da Patrulha, com o objetivo avaliar a capacidade de regularização das lavouras de arroz  
024 estabelecidas na parte alta da bacia Sinos:** Adolfo introduziu o tema e passou a palavra à Viviane,  
025 que contextualizou-o. Iniciou pelo resgatando de quando houve a primeira grande crise de escassez  
026 de água enfrentada no âmbito do Comitesinos, no ano de 2005, a indicação era de que a lavoura  
027 ocupava 18.000ha na parte alta da bacia. O Comitê, com apoio institucional da Unisinos e do  
028 Governo do Estado, via Secretaria de Obras, coordenou politicamente estudo, no âmbito do Projeto  
029 MONALISA, que apontou a existência do total de 2.500ha de lavoura de arroz no trecho médio e  
030 superior da bacia Sinos. A partir daquele ano o Comitesinos deliberou sobre o acordo entre as  
031 operadoras de abastecimento humano e produtores de arroz para a suspensão da captação de  
032 água em situações de risco ao abastecimento humano, o que tem sido reeditado todos os anos,  
033 contribuindo para o afastamento de situações de colapso. Viviane relatou que em março/2012, como  
034 estratégia de promoção do gerenciamento dos recursos hídricos, dentro de suas competências, o  
035 Comitesinos, provocado pela Rede Ambiental do Rio dos Sinos-MP/RS, entendeu oportuno definir a  
036 forma de regularização daquelas propriedades cuja lavoura de arroz poderia ser regularizada.  
037 Embora o Departamento de Recursos Hídricos do Estado – DRH/SEMA, tivesse um balanço hídrico  
038 elaborado em 2006 e atualizado em 2008, era necessária nova revisão para fundamentação técnica  
039 do processo de regularização. Embora de competência do Estado, pela impossibilidade de  
040 contratação no momento, o estudo foi viabilizado pela Associação de Arrozeiros de Santo Antônio  
041 da Patrulha. Simultaneamente, o Instituto Rio Grandense do Arroz – IRGA realizou pesquisa técnica  
042 para dimensionar a real vazão necessária para a irrigação da lavoura de arroz, especificamente na  
043 bacia (condições peculiares da região). Os estudos do IRGA comprovaram a viabilidade técnica de  
044 produção de arroz com um volume de água entre 8.500 a 9.000m³/ha/100 dias, reduzindo os  
045 parâmetros bibliográficos calculados em torno de 14.000m³/ha/100 dias. O engenheiro Sidnei Agra,  
046 contratado para realização da revisão do balanço hídrico, apresentou resultados preliminares em  
047 junho/2014 à diretoria do Comitesinos e representação do setor rural. Os estudos demonstraram que  
048 haveria possibilidade de regularizar todos os irrigantes, a partir de um rearranjo das outorgas  
049 concedidas e “vazões reservadas”, desde que adotado coletivamente um único valor de vazão  
050 acordado em 9m³/ha. Também foi demonstrado que havia situações de todas as ordens entre os  
051 irrigantes, aqueles licenciados e outorgados, outros com início de processo de licença e outorga, e  
052 os que nada dispunham. Em agosto de 2014 o DRH/SEMA e os produtores de arroz firmaram  
053 compromisso mediado pelo Comitesinos e a Rede Ambiental do Rio dos Sinos – MP/RS. Na ocasião  
054 foi acertada emissão de portaria coletiva para outorga precária para a safra 2014/2015 e definidos  
055 prazos para apresentação das definições da categoria acerca da acomodação das demandas para  
056 produção de acordo com as disponibilidades de água. Em junho/2015 Sidnei entregou o estudo ao  
057 DRH/SEMA. A secretária explicou que, segundo o Termo de Audiência para fins de acordo da  
058 sistemática de ações, a Rede Ambiental fez cumprir os prazos de 60 dias para a consolidação da

059 relação dos empreendimentos e protocolo de pedido de outorga; 5 dias para DRH/SEMA emitir  
060 outorgas precárias; 10 dias para arroseiros protocolarem pedido de licença ambiental na FEPAM; 30  
061 dias para FEPAM e prefeituras emitirem licenças de operação; 5 dias para o Comitesinos solicitar  
062 instalação de réguas de medição de nível do Rio dos Sinos; , a isso a contar de 16/09/2015.  
063 Comitesinos fez a solicitação ao DRH/SEMA (Of.SE/Nº 121/2015 - SL, 29/09/15), ainda sem  
064 resposta. Na sequencia, Viviane passou a palavra ao engenheiro Sidnei Agra, que informou que o  
065 objetivo do estudo é possibilitar a regularização da lavoura orizícola na bacia. Para execução do  
066 novo balanço hídrico partiu dos resultados apresentados e das diretrizes do Plano de Bacia, refinou  
067 os estudos hidrológicos de disponibilidade hídrica e de demanda para irrigação, baseado em novo  
068 cadastro de irrigantes do trecho alto da bacia. Sidnei explicou os passos metodológicos adotados: a)  
069 obtenção e sistematização de informações atuais sobre as demandas de água para a irrigação de  
070 arroz na porção alta da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos; b) análise técnica sobre as demandas  
071 de água nesta porção da bacia, notadamente do setor orizícola, com ênfase para a verificação das  
072 demandas hídricas específicas praticadas atualmente e aquelas adotadas nos estudos e nos  
073 processos de outorga; c) revisão e atualização das disponibilidades hídricas na porção alta da Bacia  
074 Hidrográfica do Rio dos Sinos (a montante da cidade de Taquara; d) confronto das disponibilidades  
075 hídricas (atualizadas) com as demandas de água, para a irrigação de arroz (atualizadas) e demais  
076 usos, com confecção dos balanços hídricos; e) análise crítica dos resultados dos novos balanços  
077 hídricos e recomendações para o manejo hídrico da água na irrigação no setor orizícola,  
078 principalmente no trecho alto da bacia; f) emissão de relatório técnico; e g) participação em reuniões  
079 (usuários, DRH/SEMA e Comitesinos). A disponibilidade hídrica foi avaliada utilizando: a vazão de  
080 referência  $Q_{90}$ , estabelecida no Plano de Bacia; a regionalização hidrológica, modelo considerando  
081 área e precipitação; 22 unidades de análise (sub-bacias); estações de monitoramento de Campo  
082 Bom (nº 87380000) e Taquara (87374000); do período de 1969 a 2006. Duas fontes de informações  
083 foram utilizadas: Cadastro de Irrigantes do trecho alto do Sinos (Associação dos Arroseiros, em  
084 parceria com o IRGA) – 2011/2012; e o Banco de Dados de Outorgas do DRH/SEMA (para as  
085 demais áreas da bacia e demais segmentos de usuários) – 2014. Haviam 66 registros de outorgas  
086 ativos, totalizando 10,86m³/s; 45 produtores cadastrados; 82 propriedades e 120 lavouras,  
087 totalizando 2.495ha. Respeitando ao estabelecido no Plano de Bacia, Sidnei considerou que a  
088 vazão máxima outorgável é de 70% da  $Q_{90}$ . Realizou os balanços por sub-bacia (22 unidades de  
089 análise), de forma incremental (representa comportamento dos afluentes nas sub-bacias) e  
090 acumulada (representa o comportamento da calha do Rio dos Sinos). As conclusões e  
091 recomendações do engenheiro foram: a) de que há água suficiente para atender a demanda  
092 instalada na irrigação; b) articulação com representantes do setor irrigante para confrontar o banco  
093 de outorgas e o cadastro, em função dos identificadores serem nominais e não numéricos, o que  
094 dificulta a comparação entre as listas; c) no balanço hídrico incremental, em algumas sub-bacias do  
095 trecho alto, com presença de irrigação, foi identificado um elevado grau de comprometimento das  
096 demandas o que merece algumas considerações e recomendações, específicas; d) as sub-bacias  
097 AS7 (Baixo Rolante) e AS9 (Alto Sinos Baixo), apresentam as maiores áreas de irrigação marginais  
098 ao rio dos Sinos do Sinos, o que justifica considerar o balanço hídrico acumulado como referência  
099 para a sua avaliação; e) na sub-bacia AS3 (Alto Sinos Médio), a situação verificada é, de fato, um  
100 pouco mais crítica, apesar do balanço hídrico acumulado atender ao limite do critério estabelecido.  
101 No balanço incremental o índice ultrapassa a totalidade da disponibilidade. Sidnei recomendou: a)  
102 que os usuários sejam regularizados, revisando-se as outorgas dos que já a possuem e emitindo  
103 novas para os que não possuem a autorização de uso; b) que se incentive a utilização de água  
104 armazenada para atender os usos já existentes; c) que se garanta que a maior parte das captações  
105 ocorram no Rio dos Sinos e não em afluentes de pequeno porte; d) que seja instalada uma estação  
106 fluviométrica no Rio dos Sinos, entre os dois segmentos de áreas irrigadas desta sub-bacia, de  
107 modo a garantir a entrega constante de 30% da  $Q_{90}$ ; e) que os níveis de régua possam deflagrar  
108 critérios de parada da irrigação no trecho de montante; f) que os usuários destes dois segmentos da  
109 AS3 tenham outorgas divididas entre o Sinos e os afluentes, de modo a só usar os rios de menor  
110 porte em anos de alta disponibilidade e concentrando as captações no Sinos, por recalque, nos  
111 anos mais secos. **4) Apresentação de proposta de deliberação relacionada à regularização da  
112 atividade produtiva de arroz (Licença Ambiental e Outorga de Uso da Água):** Viviane  
113 apresentou as motivações para a deliberação em questão ser proposta á plenária, a saber: a)

114 cumprir suas atribuições legais dentro do Sistema de Recursos Hídricos; b) atender ao Plano de  
115 Ações do Plano de Bacia que, em seu Programa sobre Instrumentos de Gestão de Recursos  
116 Hídricos, Atividade “Consolidação da Outorga”, dando passos concretos, embora tendo muito ainda  
117 a realizar, para o alcance pleno de tais objetivos; c) fazer conhecer e reconhecer a importância da  
118 iniciativa que propiciou a convergência de esforços e a cooperação mútua de instituições para a  
119 transparência necessária sobre setor usuário da água; d) estimular outros setores e outros comitês  
120 de bacia a adotarem processo similar; e e) valorizar o processo conduzido politicamente pelo  
121 Comitesinos, tecnicamente apoiado pelo IRGA e Sindicato dos Arrozeiros de Santo Antônio da  
122 Patrulha, institucionalmente amparado pelo DRH/SEMA e FEPAM, no cumprimento de suas  
123 respectivas atribuições. Destacou que a deliberação não é de caráter normativo e não transfere ao  
124 Comitesinos atribuições do DRH/SEMA, que emite outorgas, e da FEPAM e Municípios, que  
125 licenciam as atividades produtivas. Viviane ainda registrou que o estudo realizado pelo engº Sidnei  
126 Agra já foi acolhido e aprovado pelo DRH/SEMA, não cabendo ao Comitesinos manifestar-se sobre  
127 ele. Viviane apresentou a proposta de deliberação, como seguinte texto: “A plenária do  
128 COMITESINOS delibera sobre: O reconhecimento e valorização do processo conduzido no âmbito  
129 do COMITESINOS através da convergência de esforços e a cooperação mútua de instituições para  
130 a formalização necessária da Categoria Agricultura – Arrozeiros, setor usuário da água estabelecido  
131 no trecho médio e superior da bacia Sinos, para a regularização da atividade produtiva quanto à  
132 outorga de direito de uso da água e ao licenciamento ambiental”. O presidente do Comitê colocou a  
133 disposição o uso da palavra para manifestações. José Tronchoni, representante do IRGA na  
134 categoria “Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão” do Comitesinos, reforçou que o setor se  
135 organizou para o uso racional de água na lavoura de arroz, o que colocou a região em situação  
136 pioneira no estado, demonstrando o amadurecimento da categoria. Arno Kayser, representante do  
137 Movimento Roessler na categoria “ONGs Ambientalistas”, reconheceu o mérito no Comitê na  
138 condução do processo, tendo se envolvido em todas as etapas. E no sentido de proporcionar  
139 reconhecimento do acordado no âmbito da Bacia Sinos, sugere reunião para apresentação dos  
140 dados e discussão dos procedimentos licenciatórios com os técnicos da FEPAM. Anderson Etter,  
141 representante da COMUSA na categoria “Abastecimento Público” do Comitesinos ponderou que as  
142 operadoras de abastecimento devem conhecer, depurar e contribuir para complementação do  
143 estudo apresentado pelo Sidnei. Reforçou que não há questionamento técnico acerca do estudo, até  
144 por que para isso precisaria conhecê-lo a fundo. Considerou que a plenária deveria postergar a  
145 deliberação já que o tema levou tanto tempo para ser apresentado à plenária, entendendo que não  
146 haverá prejuízos ao processo. Viviane afirmou que não cabe ao Comitesinos analisar um estudo  
147 técnico já aprovado pelo DRH/RS, que é quem concede as outorgas. A intenção da deliberação é  
148 reafirmar o processo e a instância do Comitesinos como legítima para dirimir conflitos que podem  
149 ser entre setores e dentro de setores. Salientou que o Plano de Bacia é peça de orientação,  
150 balizadora dos trabalhos na região. Viviane concordou com Arno sobre a necessidade de  
151 instrumentalizar os técnicos da FEPAM e dos municípios. Considerando as manifestações, Adolfo  
152 consultou a plenária acerca da possibilidade de “votar” ou “não votar” a proposta de deliberação  
153 apresentada. Os representantes de entidades membro que se manifestaram contrários à votação  
154 foram (5): Sandro dos Santos (da União das Assoc. de Bairros e Vilas de Campo Bom), Paulo  
155 Menezes e Rildo Peres (da CORSAN), Anderson Etter (da COMUSA) e José Roberto Manssur (do  
156 SEMAE). Na sequência, Adolfo colocou a deliberação em regime de votação. Votos contrários (4):  
157 Paulo Menezes e Rildo Peres (da CORSAN), Anderson Etter (da COMUSA) e José Roberto  
158 Manssur (do SEMAE). Abstenção (1): Sandro dos Santos (da União das Assoc. de Bairros e Vilas de  
159 Campo Bom). Desta forma, a deliberação foi aprovada com 24 votos favoráveis. **5) Assuntos**  
160 **Gerais: 5.1 Relato da reunião do CRH/RS** que pautou a deliberação do Comitesinos acerca da  
161 delimitação da planície de inundação (trecho inferior) – Adolfo relatou que a presidência do  
162 Conselho questionou a legitimidade de um comitê de bacia para deliberar acerca de uso do solo. Os  
163 comitês defenderam a legitimidade. Em seguida o CRH/RS pediu vistas ao mapeamento. Adolfo  
164 perguntou à plenária se há concordância na entrega dos dados ao Conselho, tendo sido aprovado  
165 por unanimidade. **5.2 Acesso aos dados da planície de inundação** (trecho inferior) – Viviane  
166 lembrou que o trabalho de mapeamento da planície de inundação está no escopo do Projeto  
167 VerdeSinos e também compõe uma necessidade apontada pelo Plano de Bacia. Na sequência,  
168 passou a palavra ao biólogo Adriano Duarte, membro da equipe do Projeto VerdeSinos, responsável

169 pela organização espacial dos resultados. Adriano apresentou uma prévia da ferramenta de consulta  
170 à delimitação da planície de inundação, que será disponibilizada no sítio eletrônico do Comitesinos  
171 nos próximos dias. A ferramenta é composta pelo mapa da bacia hidrográfica, limites municipais,  
172 arruamento principal e a demarcação das áreas que correm risco de inundação. O usuário deverá  
173 lançar o endereço de interesse e na sequência o sistema localizará a referência fornecida, a partir  
174 de então poderá checar se tal ponto fica dentro ou fora da área de risco. **5.3 Outros:** Marco Muller,  
175 da Defesa Civil de Portão, entregou estudo denominado “Ação emergencial para delimitação de  
176 áreas em alto e muito alto risco a enchentes, inundações e movimentos de massa” realizado pelo  
177 Serviço Geológico do Brasil - CPRM em parceria com a Prefeitura. Muller ainda noticiou a instalação  
178 de quatro estações pluviométricas, sendo duas em Portão e duas em São Leopoldo, o que  
179 contribuirá para maior qualificação e precisão dos dados na região. Por fim, o presidente agradeceu  
180 a participação de todos durante o ano de 2015 e desejou boas festas. E, para constar, lavrei a  
181 presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, pela  
182 Secretária Executiva e por mim.

183  
184 São Leopoldo, 10 de março de 2016.

185  
186  
187  
188 *Débora da Silva*  
189 *Sec. Administrativa*

*Viviane Nabinger*  
*Sec. Executiva*

*Claudinei Baldissera*  
*Vice-presidente*

*Adolfo Klein*  
*Presidente*

190